

OS RETORNADOS OU OS RESTOS DO IMPÉRIO¹: (RE) CONSTRUINDO A IDENTIDADE EM SOLO ESTRANHO

Marilda dos Santos Monteiro das Flores²

A República de Angola, atualmente com cerca de 24 milhões de habitantes,³ teve grande parte do seu território ocupado pelos portugueses de 1482, quando o navegador Diogo Cão desembarcou no litoral angolano até 1975, ano em que se efetivou a independência do domínio português. A principal formação étnica fica por conta dos povos bantos, que já habitavam o território antes mesmo da chegada dos portugueses no século XV. A formação territorial do país, como está nos dias atuais, vem desde 1884, quando na Conferência de Berlim um acordo entre nações colonizadoras europeias definiu as fronteiras dos territórios africanos em conformidade com os seus interesses, sem levar em conta a diversidade de cada região.

No início da ocupação lusa, as principais atividades portuguesas eram pequenos polos de comércio e uma lucrativa atividade de venda de pessoas que eram escravizadas e enviadas para outra colônia nas Américas, o Brasil. Até meados do século XX, o governo português se ocupou em controlar as suas colônias em África: Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, para que funcionassem como polos de abastecimento das necessidades da metrópole.

Este cenário mudou com mais intensidade após a Segunda Guerra Mundial, quando Portugal viu crescer as pressões para seguir o caminho da descolonização em território africano. Na década de 1950, a disputa ideológica oriunda da bipolarização mundial incentivava a descolonização, uma vez que a independência das colônias permitiria a ampliação das áreas de influência – motivo de disputa internacional no período e ponto frágil do Estado Novo que afirmava que a colonização portuguesa era um exemplo de civilização despida de preconceito.

¹ Documentário exibido pela Rádio e Televisão de Portugal (RTP) e realizado por Leandro Ferreira em 2002, cor, 48 minutos. Disponível em: <<http://www.cinemaportugues.ubi.pt/bd/>>. Também disponível no YOUTUBE: <<https://www.youtube.com/watch?v=c79MhrtIINc>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

² Mestre em História Social do Território pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

³ Dados retirados do Censo 2014. Disponível em: <<http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=censo2014>>. Acesso em: 10 out. 2015.

Portugal, mesmo sob forte pressão política para que implementasse o processo de independência das suas colônias em África, não via na descolonização uma possibilidade admissível, já que o argumento do Estado Novo destacava a grande importância das colônias para a economia portuguesa, além da incumbência lusa de levar aos povos do Ultramar a “missão civilizadora portuguesa”.

Ao invés da desocupação do território ou da entrega da administração aos nativos, o governo português incentivou a ida de colonos para os territórios africanos, para que a ocupação não fosse tão somente de funcionários do Estado, mas que um número maior de pessoas pudesse fixar residência e criar vínculos com as distantes terras. Este intenso fluxo de novos moradores oriundos da metrópole foi intensificado a partir da Extinção do Império Português e da criação das Províncias Ultramarinas, uma mudança estratégica do governo português por contra da pressão internacional para a descolonização africana. O Estado Novo não enxergava a possibilidade de sair do território africano e acentuava o controle do território, redefinindo as normas de conduta e limitando as ações dos nativos.

Ir à África deixou de ser uma forma de cerceamento da liberdade, mas uma possibilidade de recomeço. Se em tempos de outrora, o território africano recebia aqueles que eram expulsos da metrópole, neste novo momento, o Estado estimula a mudança para a colônia. Coisa que não era comum, pois, para que um morador da metrópole pudesse fixar residência em qualquer colônia portuguesa, era preciso uma “Carta de Chamada”, um documento que permitia ao seu portador o direito de seguir para a colônia e fixar residência.

Conseguir a *carta* não representava somente uma questão de desejo de mudança, mas também, maior liberdade de atuação e de pensamento. O governo português definiu alguns requisitos necessários a sua aquisição. Ana Sofia Fonseca explica como, na prática, a carta era concedida:

Só lhe deita mão quem tem, na colónia, parente ou amigo que lhe lance convite. As portas de África não se abrem a todos. Já lá vai o tempo, em que a metrópole se livrava de bandidos e opositores degredando-os além-mar.⁴

⁴ Ana Sofia Fonseca, *Angola Terra Prometida, a vida que os portugueses deixaram*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011, p. 21.

As décadas de cinquenta, sessenta e setenta foram de intensas travessias marítimas ou viagens pela ponte aérea. Ana Sofia Fonseca, escritora e jornalista portuguesa, apresentou um panorama desta movimentação para a África. Ela destacou que:

Do apogeu ao declínio, uma vertigem incontrolável. A década de cinquenta assiste à ida em massa de colonos. Os anos sessenta são o epicentro de todas as mudanças; o começo da guerra, a euforia das festas, as novas leis, o *boom* econômico. Os anos setenta acenam adeus.⁵

A década de 1970, segundo a escritora, foi a *década do adeus*. Cerca de meio milhão de pessoas, a partir do início da descolonização e das lutas entre os movimentos de libertação, deixaram Angola. Muitos dos que deixaram o fizeram em meio a Guerra de independência. Alguns deles jamais haviam pisado em solo português.

A propaganda do governo apresentava a província de Angola como:

[...] pérola do império, Chão prometido, que a todos livrava da miséria. Portugal oferecia aventura e outra liberdade. Portugal era então um país triste, amordaçado pelos homens de Deus e do Governo. O mais pobre da Europa Ocidental.⁶

Mudar para uma das colônias, especialmente Angola, significava mudança radical no estilo de vida, especialmente o econômico. Era uma oportunidade vislumbrada como única saída para uma parte da Europa que amargava as consequências da Segunda Guerra. Este período foi intenso tanto para o governo de Portugal, que viu crescer as movimentações pelo ideal da emancipação, quanto para Angola, que por conta do crescimento da economia testemunhou um aumento significativo no número de habitantes locais.

Na década de 1960, as cartas de chamada deixaram de ser um requisito necessário para a viagem às colônias. Não havia mais restrições para a livre circulação no território português, especialmente para as idas para o Ultramar. Tudo isto como parte da estratégia de povoamento, que anteriormente só era possível para quem pudesse comprovar uma atividade

⁵ Fonseca, *Angola Terra Prometida, a vida que os portugueses deixaram*, p. 17.

⁶ Fonseca, *Angola Terra Prometida, a vida que os portugueses deixaram*, p. 23.

profissional. Agora, é o próprio Estado quem a estimula, buscando a expansão da agricultura e de outras atividades econômicas, ainda que uma parte dos futuros agricultores não tivesse habilidade para trabalhar na terra.

O governo de Salazar passou a mobilizar o povo português em defesa de uma política de manutenção do Ultramar. Mesmo que a comunidade internacional pressionasse, o governo luso não demonstrava interesse em mudar o sistema colonial. A estratégia foi incentivar o aumento da população metropolitana nas principais colônias (Angola e Moçambique) e esta migração de povoamento à chamada África portuguesa acabou por ser um destino atraente para aqueles que experimentavam na Europa os resquícios do fim da Grande Guerra. Este estímulo do governo era para que fosse criada uma noção de que aquele território era parte integrante de Portugal.

Para estimular a ida de colonos, o Estado passou a financiar as viagens como uma espécie de empréstimo que deveria ser pago com 1/6 da colheita.⁷ Era a convicção de que em Angola, um dos destinos para os colonos, se poderia criar, segundo apregoou anteriormente Vicente Ferreira, “uma terceira nação de língua e de tradições portuguesas; um segundo Brasil, ou melhor, um terceiro Portugal”.⁸

Mas, o clima de euforia foi diminuindo por conta do aumento das manifestações contra a dominação portuguesa. Mesmo que Portugal tenha optado por uma política de ocupação dos territórios com mais veemência, os ventos da mudança ganharam mais força à medida que cresceram as ondas de manifestações anticolonialistas. Não só a comunidade internacional pressionava, mas a população das colônias, muitos descendentes dos primeiros colonos perceberam no ambiente externo a possibilidade alcançar a emancipação política e econômica. Na década de 1960, não existia somente uma elite colonial representante do governo, mas um grupo significativo dos já nascidos em território angolano e sem vínculos afetivos com a metrópole.

AS MUDANÇAS E A DÉCADA DECISIVA

Angola não era somente um local para se ouvir as músicas que foram proibidas na metrópole. Não era somente um ambiente claro e alegre, diferente do clima triste da metrópole. Luanda era a luz do dia com sabor e

⁷ Fonseca, *Angola Terra Prometida, a vida que os portugueses deixaram*, p. 25.

⁸ Vicente Ferreira foi engenheiro e professor do Instituto Superior Técnico. Também foi Ministro das Colônias e Alto Comissário em Angola de 1926-1928. Morreu em 1953.

aroma de liberdade. “Em Luanda tudo são bênçãos [...]. A porta está no trinco, casa alguma se fecha à chave”.⁹ Aos domingos o destino certo era o cinema e uma conversa com os amigos. Uma vida muito parecida com a que poucos levavam na metrópole.

Em Portugal, num governo ditatorial, as ações governamentais apresentavam a África como parte do orgulho de ser português. O embate do pós-guerra era questão histórica do império e as províncias do ultramar faziam parte do Império Português. Para muitos cidadãos portugueses, o território em África representava a possibilidade de liberdade e mudança de vida, já que na metrópole, além da ditadura estadonovista, a economia fragilizada acentuava a diferença entre os cidadãos lusos.

Na década de 1970, Angola viu crescer os movimentos que lutavam pela libertação de seu território ocupado por mais de 500 anos. Os movimentos de libertação já se articulavam com mais veemência desde a década de sessenta e Portugal intensificou a atuação militar na região enviando milhares de soldados.

A Guerra Colonial acabou deflagrada, muito por conta da resistência portuguesa em não atender aos apelos da comunidade local, em face do ambiente de disputas causado pela Guerra Fria. Angola foi um dos últimos países da África a se tornar independente e o governo do Estado Novo se mostrou resistente em devolver a autonomia aos nativos do território.

As lutas foram mais intensas especialmente com o crescimento dos movimentos de libertação, entre eles: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) que, mesmo com influências ideológicas diferentes, disputavam o controle do território angolano.

O Estado Novo combatia as ideias de emancipação, rotulando os movimentos de libertação como “terroristas” e fazendo campanhas, informando a necessidade da Guerra Colonial para que o Estado português pudesse se manter unido independente do continente. Os chamados terroristas

⁹ Fonseca, *Angola Terra Prometida, a vida que os portugueses deixaram*, p.135.



“ameaçavam a identidade nacional e a soberania e manutenção do Império, da maneira de ser português” e da sua “vocação universalista”.¹⁰

Foi em meio aos crescentes embates pela libertação, que a população, especialmente a branca, viu crescer a disputa interna pelo controle do território. Sem possibilidades de continuar, por falta de vínculo local ou pelo medo da guerra, grande parte decidiu voltar para Portugal.

A SAÍDA

A Revolução dos Cravos, um movimento militar ocorrido entre os dias 24 e 25 de abril de 1974, depôs o Estado Novo, um governo ditatorial que comandava o país desde 1933. Esse evento precipitou a descolonização dos territórios em África e o país já desgastado pela Guerra Colonial e com uma crescente oposição ao presidente Marcelo Caetano, viu o Movimento das Forças Armadas iniciar as mudanças políticas e sociais que transformariam, definitivamente, as condições das colônias em África. Com o advento de abril findou-se os treze anos de uma guerra que tinha como objetivo manter o controle das colônias. Era o fim da guerra e também o *início do fim* do controle português em solo africano. Como permanecer?

Angola, a *joia do Império*, que havia recebido um número muito maior de colonos, viu o intenso êxodo continental como parte das ações dos movimentos emancipacionistas, mas também como parte da estratégia do governo metropolitano de esvaziamento local.

Os que saíram de Angola – milhares de colonos nascidos em Portugal e alguns já nascidos em Angola, negros brancos e mestiços, entre os anos de 1974 e 1976 – partiram para Portugal fugindo das *Colônias Ultramarinas* portuguesas. Foi uma saída traumática, pois partiram para outras terras, deixando em África as suas lembranças, suas histórias e a identidade construída em torno da ideia de nascimento, família, prosperidade e trabalho. Saíram primeiro para a África do Sul, na intenção de retornar à Luanda assim que os transtornos causados pelas disputas entre os movimentos de libertação fossem controlados. Pouco tempo depois, sem vislumbrar uma possibilidade de retorno às suas casas em segurança, partiram para Portugal, a metrópole, pois encontravam dificuldades para serem

¹⁰ Paulo Cunha, Guerra Colonial e Colonialismo no Cinema Português, publicado in *Revista Estudos do Séc. XX – Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*, Revista do CEIS20, Coimbra, 3, 2003, p. 185-208.

recebidos em outros países africanos, por conta do grande contingente de exilados.

Rumaram para Portugal e lá foram recebidos como intrusos ou, ainda, como aqueles que após explorar os nativos de Angola, chegavam num momento de crise econômica e política para *roubar* o pouco que havia sobrado. Muitos voltaram para as suas famílias, outros não possuíam nenhum vínculo ou identidade com o povo luso. De Angola, partiram por não terem vínculos com a terra ou por medo da guerra e também pela falta de uma identificação com os nativos. Partiram por conta do perigo que encontrariam diante dos movimentos de libertação. Permaneceram em Portugal na esperança de um dia retornarem à terra natal.

Mesmo que tenham chegado com a ajuda do governo português e permanecido em constante embate pela expectativa de regresso, quarenta anos após a chegada em terras consideradas estranhas, o grupo, já estabelecido, relembra o passado recente para buscar referências para o presente. Dentre diversas estratégias para rememorar, o grupo faz uso da produção fílmica para relembra o evento e construir uma identidade angolana na sociedade portuguesa.

REAVIVANDO A MEMÓRIA

A Revolução dos Cravos, em abril de 1974, mudou os rumos da política lusa e foi o estopim para acelerar o processo de descolonização no continente africano. Após o golpe que derrubou a ditadura do Estado Novo, o Movimento das Forças Armadas (MFA) assumiu o poder e divulgou no seu *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas* que em relação ao Ultramar as negociações seriam pautadas em uma política orientada pelos seguintes princípios:

- a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar;
- b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;
- c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.¹¹

¹¹ *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas* – Centro de Documentação do 25 de Abril – Universidade de Coimbra – Item B – Medidas a curto prazo. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>>. Acesso em: 12 out. 2015.



Isto afetaria diretamente as Províncias Ultramarinas de Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola e contribuiria para que fossem efetivadas as respectivas independências – motivo de lutas internas dos grupos nativos africanos.¹²

A saída dos portugueses do comando acabou acirrando os embates pelo poder local. Este também foi o caso de Angola, que, após a independência, em 11 de novembro de 1975, presenciou a disputa pelo controle do país entre os movimentos que anteriormente lutavam pela libertação.¹³

Muitos dos que saíram de Angola quando chegaram a Portugal foram rotulados de *retornados* e recebidos como aqueles, que após explorarem a África, chegavam para tirar o emprego dos portugueses. Eram angolanos ou portugueses? Chegaram num momento de mudança na estrutura da sociedade e grande parte buscou abrigo em suas famílias. Outra parte, já nascida em Angola e sem vínculos com a metrópole, chegava a Lisboa como se chega à terra estranha.

Se alguns contavam com a ajuda de familiares, outros passaram a viver com o auxílio do governo que, através do Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN), concedeu empréstimos e alojou uma grande parte em hotéis locais. A identificação de *retornados*, termo que realçava a diferença, intromissão ou tantos outros significados pejorativos que, gradativamente, foram adicionados ao termo, no século XXI, ganhou o sinônimo de resistência. Desde então, a luta por uma identidade angolana e pelo reconhecimento da condição de exilado permeia as ações do grupo que permaneceu em Portugal.

O *retorno* dos antigos colonos de Angola ou de outros países que fizeram parte do PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), ainda tem sido um problema latente na sociedade portuguesa. Logo no início do século XXI, especialmente nas lembranças sobre a chegada traumática a Portugal, algumas dezenas de obras sobre o evento ganharam espaços na mídia local. Tanto nas obras literárias quanto em obras fílmicas, o evento

¹² Guiné-Bissau declarou-se independente em 24 de setembro de 1973, mas foi reconhecida oficialmente em 10 de setembro de 1974; Moçambique, 25 de junho de 1975; Cabo Verde, 05 de julho de 1975; São Tomé e Príncipe, 12 de julho de 1975, Angola, 11 de novembro de 1975.

¹³ Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), entre outros grupos.

ganhou contornos de uma celebração da tragédia para se fugir do esquecimento.

Passado quase meio século, o grupo que protagonizou o *evento* tem investido na rememoração e na construção de uma identidade que, agora por opção, reafirma a diferença entre tantos outros povos. Para tanto, tem investido na construção de uma identidade que vai se erigindo no investimento da preservação de um momento traumático em suas memórias. Relembrar, trazer à memória a vida que possuíam em Angola, ajuda a reafirmar quem são e a construir quem esperam ser.

Um dos investimentos para preservação de suas memórias e suas identidades tem sido direcionado para o uso do vasto arquivo de imagens do período do evento. Dentre produções de séries para televisão e literatura, o uso de representações fílmicas tem sido foco de grande investimento por conta das inúmeras possibilidades geradas pelo uso das imagens.

O uso de imagens tem sido um fator diferencial quando se pensa em eventos do século XX. Para refletir sobre o momento da descolonização de Angola e as ações do governo português no contexto, o uso de imagens, como documentos da época, ajuda a perceber as estratégias ou as representações que as imagens produzem. Esse foi um recurso muito utilizado pelo Estado Novo para justificar as suas ações ou, em muitos casos, para incentivar a ida às suas colônias sempre que as circunstâncias se mostrassem necessárias.

A imagem como instrumento de educação era uma prática comum no Estado português. Na década de 1960, algumas películas incentivavam os colonos portugueses ao empreendedorismo e à construção de uma nova nação em Angola. Em 1962, com uma produção da Rádio e Televisão de Portugal (RTP), o filme *Angola, Decisão de Continuar*, incentivava os colonos a que resistissem às Guerras Coloniais e que optassem pela permanência em solo africano.¹⁴ A ideia principal indicava que o sacrifício dos portugueses iria construir uma grande terra. Na Metrópole, as películas informavam sobre as

¹⁴ Maria do Carmo Piçarra; Jorge António (orgs.), *Angola: o nascimento de uma nação*, volume 1 – O cinema do Império, Lisboa: Guerra e Paz Editores, 2013. A UBI (Universidade da Beira Interior - Faculdade de Artes e Letras) mantém um Curso de Cinema, tendo no seu acervo documentários que eram produzidos com o objetivo educacional. Também existe um museu do cinema, a cinemateca portuguesa, criada em 1948, mantém um acervo significativo sobre o cinema português.



riquezas e oportunidades das colônias e também objetivavam levar informações àqueles que já residiam no Ultramar.

A Agência Geral das Colônias (AGC) possuía uma missão propagandista e usava documentários, algumas vezes reciclados, para reforçar o caráter civilizatório do povo português. Povo este que, em 1974, com as notícias vindas da Metrópole, não acreditava no que estava acontecendo, principalmente, pelo clima de paraíso que os atraiu à África. A saída traumática era bem diferente das realidades que vivenciaram durante a ida e o tempo que permaneceram em solo angolano.

No período entre os anos de 2005 e 2010, cresceu o investimento daqueles que foram chamados de retornados para fazer do evento do regresso um marco na construção das suas identidades. Se não foram considerados cidadãos portugueses quando chegaram, neste século XXI, são eles que fazem questão de reafirmar uma identidade diferenciada: a angolana. Mas, a Angola que sonham é a do final do século XX. É a Angola do século passado que está presente na imagem fílmica e na literatura que está sendo produzida para rememoração. Recriar momentos, histórias de vida usando os recursos da imagem, permite refletir sobre as possibilidades advindas do uso e reuso das imagens que são representações de um passado bem presente em suas lembranças.

São gestos que se repetem; olhares que se cruzam; gestos e costumes; expressões de surpresas, alegria e de dor. Esses e tantos outros são elementos que fazem do uso da imagem um artifício importante para a preservação da memória e, a partir dela, reafirmar uma identidade que se pretende formar. Assim, retornam ao passado para buscar referenciais e representações que auxiliem a (trans)formar as suas identidades.

Portanto, a análise de um documentário, um gênero cinematográfico que é apresentado ao público como um reflexo da realidade, permitirá observar os caminhos que são percorridos e o investimento daqueles que estão se ocupando da tarefa de preservação das suas lembranças.

RETORNADOS OU OS RESTOS DO IMPÉRIO, O DOCUMENTÁRIO

Uma produção da Rádio e Televisão de Portugal (RTP) e Coprodução Continental Filmes, dirigido por Ana Fernandes Costa em 2001, apresenta depoimentos de ex-colonos portugueses de Angola e Moçambique. Assim, exhibe os relatos, misturando imagens reais da época colonial com as

imagens dos depoimentos. As imagens retratam uma África dominada pelos portugueses e de treinamento com armas de fogo pelos colonos após a guerra iniciada em 1961. Aponta o episódio de 25 de abril como o principal motor da descolonização e revela uma reivindicação por uma indenização que desejam receber do Estado português, por conta dos bens que deixaram em África. Falam do relacionamento com os portugueses ao chegarem à Lisboa e das dificuldades enfrentadas no início, por conta da falta de moradia, emprego, apontando como um dos principais problemas a falta de identificação com o Estado Português. A principal ênfase é o retorno forçado para Portugal, uma terra estranha para muitos.

Nos depoimentos, é possível verificar a falta de vínculo com a *metrópole* e a saudade da terra natal. O documentário de Dulce Cardoso tem como objetivo principal apresentar as lembranças de habitantes de Angola (e de Moçambique). Em cada depoimento pode ser percebido o pesar pela saída e o sentimento de pertencimento ao continente africano. Os depoimentos dos entrevistados tendo como pano de fundo as imagens da terra, sons de ventos fortes e a voz com um tom pesado do narrador, apresentam como os depoentes evocam as suas lembranças e, ao mesmo tempo, indicam o investimento que estão fazendo para preservar e difundir as imagens da terra natal guardadas em suas memórias.

O material fílmico, produzido para as lembranças da chegada a Portugal, permite observar os elementos que estão vinculando a esta identidade, que se quer angolana em solo luso e como estão reescrevendo as suas histórias. Para Cristiane Nova, um filme pode se relacionar com a História como documento, uma vez que é um vestígio do passado, remoto ou não. São testemunhos das sociedades que os produziram,¹⁵ logo, a produção imagética sobre o evento constitui arquivo importante e reflete o seu tempo, pois:

[...] o cinema se converteu, por méritos próprios, em arquivo vivo das formas do passado ou, por sua função social, em um agudo testemunho de seu tempo e, como tal, em um material imprescindível para o historiador que assim o queira olhá-lo e utilizá-lo. (J. E. Monterde).¹⁶

¹⁵ Cristiane Nova, O cinema e o conhecimento da história, In: *Revista Olho da História: revista de história contemporânea*, Salvador: UFBA, v. 2, n.3. p. 218-233, 1996.

¹⁶ Nova, *O cinema e o conhecimento da história*, p. 218.

Os depoimentos e as imagens que representam a África apresentadas no documentário, *Retornados ou os Restos do Império*, permitem comparar e refletir sobre as inúmeras possibilidades no trabalho com uma obra fílmica e, ainda, perceber a relação existente entre a película e o contexto em que foi produzido: as memórias do evento do retorno. O filme trabalha com as emoções dos depoentes e se utiliza das imagens que representam a Angola de seus sonhos para transmitir ideias ou para reafirmar o sentimento da falta que sentem da terra natal. A obra fílmica permite e incentiva a memorização, pois possuindo uma imensa capacidade de criar e recriar cenas do passado dialoga com o espectador, que pode ser testemunha de um tempo ou evento que o documento fílmico apresenta na tela. Para Rosenstone, o recurso do filme é a possibilidade de criar e recriar momentos.

O que quer que a humanidade tenha perdido – diz a mensagem implícita – agora está redimido pela criação desta obra, pelo testemunho dos erros históricos que este filme permite compartilhar.¹⁷

Então, vale perceber as estratégias empreendidas pelo grupo na utilização de imagens sobre o período da descolonização e posterior saída de Angola rumo a Portugal. As ruas das cidades, as cores contrastantes da vegetação e da terra vermelha, as conversas nos bares, a cerveja Cuca, os cinemas nos fins das tardes de sábado, os amigos e tantas outras recordações são instrumentos que preservam uma Angola que só existe em suas memórias.

No primeiro depoimento do documentário, *Retornados ou os Restos do Império*, a frase inicial expressa o sentimento do grupo em relação à terra que está distante: “Tenho saudade. Tenho pena. Tenho uma grande paixão por Angola”.¹⁸

Dulce Cardoso escreveu posteriormente o livro *O Retorno*. A autora, nascida em *Trás-os-Montes*, interior de Portugal, foi para Angola na infância com os pais e fez parte do grupo que saiu fugindo dos conflitos internos. Observar o documentário permite observar através das lentes daqueles que o produziram e perceber o embate constante que travam com a sociedade em

¹⁷ Robert Rosenstone, *A História nos filmes, os filmes na história*, São Paulo, Paz e Terra, 2010, p.35.

¹⁸ Publicado no Canal da UBINEMA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/ubicinema>>. Acesso em: 11 dez. 2013.

que vivem – a portuguesa – e qual a função destas obras para a construção da identidade do grupo.

A Angola descontraída, próspera e bela não era somente mais uma terra, mas representava também a possibilidade de liberdade sem o controle exacerbado do Estado. Nascer, crescer ou viver em Angola não era só um sonho, mas a experiência de estar em um dos locais mais prósperos e livres do Império.¹⁹ Nos relatos apresentados no documentário, o sentimento latente é que Angola é ainda, para a maioria dos entrevistados, um local para onde pretendem regressar e é nela que pensam quando ouvem a palavra “*retorno*”. Em África, a palavra tem sentido. Em Portugal, ela é pejorativa.

No documentário, os depoimentos são apresentados em pequenos trechos de falas que são interrompidas por imagens de Angola. Entre saudades das “t-shirts, dos jeans e dos discos”, os depoentes apresentam aquilo que sobrou: recordações. Pequenas falas entre as imagens dão conta do sentimento em relação à África: “uma terra maravilhosa”.

O sentimento de pertencimento ou de propriedade dos territórios no continente africano foi apresentado aos quarenta e dois segundos do vídeo, quando uma definição deste sentimento é apresentada: “retornado, adj. e s.m. que ou aquele que, após a proclamação da independência dos territórios portugueses da África, regressou a Portugal. In dicionário da Língua Portuguesa. 7ª edição, Porto Editora”.²⁰ O silêncio continua em fundo preto até os cinquenta segundos, quando imagens do aeroporto em Nova Lisboa apresentam imensas filas de desembarque e um amontoado de caixas. Então, a voz do narrador apresenta aos ouvintes e expectadores aquele que foi considerado um dos principais motivos do regresso para Portugal:

[...] o *regime ditatorial português* de Salazar a Caetano é derrubado em 25 de abril de 1974. A Guerra Colonial mantida pelo salazarismo contra os movimentos de libertação nas Províncias Ultramarinas Portuguesas em África, que durava há treze anos, chega ao fim. (Narrador 0:53-1:12min.)

Enquanto narra, no vídeo são apresentadas imagens de grandes engarrafamentos nas estradas de Luanda. Automóveis sendo embarcados em navios cargueiros no porto e imensas filas de carros vazios sendo

¹⁹ Ana Sofia Fonseca, jornalista, nasceu em Lisboa.

²⁰ Abertura do documentário. O fundo preto com as letras brancas e sem som.

abandonados nas estradas. A voz do narrador misturada às malas e caixotes se cala diante da cena de uma mulher que foi vencida pelo cansaço e dorme no chão com os dedos entrelaçados, próximos à boca, como se estivesse fazendo uma prece enquanto dorme. Imagens e narração se misturam e apresentam ao espectador a oportunidade de reviver um acontecimento. Se ver numa cena? Sentir novamente o medo da guerra? Relembrar um passado próximo? Não deixar que se apague da memória?

Um documentário pode suscitar sensações no espectador e também não deixar que uma lembrança seja silenciada pelo esquecimento. A obra de Ruy Duarte de Carvalho, *A câmara, a escrita e a coisa dita* (2008),²¹ apresenta um apanhado de intervenções realizadas ao longo dos últimos vinte anos, que discute a produção de identidades e diferenças nas ex-colônias. O autor se dedicou a filmes etnográficos e, como antropólogo, apresentou suas teorias sobre identidade, cultura, política, literatura e cinema. Mesmo tendo uma vasta produção escrita, destacou a importância do cinema no seu trabalho. Na pesquisa sobre a sua obra realizada por Rita Chaves, a estudiosa destacou a relação do autor com a escrita e com o cinema, destacando um trecho da sua fala:

Foi de alguma forma a poesia que me fez passar pelo cinema e foi a partir do cinema que me tornei antropólogo. Por outro lado, se no meu caso a expressão escrita, através da poesia precedeu, e influenciou a expressão cinematográfica, o que na realidade me levou a fundir a minha própria expressão escrita aos recursos, às expressões e aos registros da oralidade que tenho frequentado, foram em grande parte as experiências e as diligências a que a démarche cinematográfica me terá conduzido.²²

Rememorar para dizer quem são e, ao mesmo tempo, para construir uma identidade que está ligada a uma África presente só em suas memórias. Este exercício de registrar as memórias em imagens permite observar como articulam uma construção de uma identidade angolana, que está num passado próximo, em contraste com a identidade esvaziada com a que convivem no dia a dia em Portugal.

²¹ Ruy Duarte de Carvalho, *A câmara, a escrita e a coisa dita... fitas, textos e palestras*, Lisboa: Cotovia, 2008.

²² Rita Chaves, *Literatura e identidade(s): algum percurso de Ruy Duarte de Carvalho*, p 03. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel35/RitaChaves>>. Acesso em: 15 out. 2013.

Os documentários são obras que “têm a clara intenção de recriar o passado e são reconstruções para dar mais significado ao evento”.²³ O documentário em questão reconstrói um material para dar sentido de autenticidade. As palavras, os gestos, as pausas na fala, a respiração que pesa são formas de dialogar com o espectador para convencê-lo de um pensamento ou dos embates que envolvem o tema em questão.

Em *Os Retornados ou Os Restos do Império*, os depoimentos apresentam a Angola dos sonhos, que vivia isolada dos acontecimentos da Metrópole. Portanto, Lisboa só passou a ter significado na hora do retorno. Foram “expulsos do paraíso por pecados originais não assumidos, eles passaram a viver pela memória”.²⁴

Os depoimentos daqueles que foram chamados de *retornados* iniciam o documentário com uma tonalidade grave, uma voz pesada, dando uma ideia de sofrimento sem fim. Em seguida, são misturadas imagens dos tempos coloniais, apresentando o relacionamento com a população nativa e destacando o caráter quase que messiânico do colonizador. Não se fala em dificuldades de convívio. O *outro* é quase invisível na película. A voz evocada é a de um passado recheado de esperanças.

O filme histórico é uma representação do passado e um discurso sobre o mesmo e, portanto, está imbuído de subjetividade, sendo um ponto de vista de um objeto pretérito. Para Nova,

[...] um filme nunca poderia conter a verdade plena de um acontecimento histórico, mesmo se assim o desejasse o seu autor. Ainda que aborde fatos reais, nunca abandonará a sua condição de representação e, portanto, de algo que, no máximo, apenas representa o real e que não coincide com este.²⁵

O que se busca num filme não é a verdade, mas a verossimilhança com o fenômeno retratado. Quanto ao filme histórico, vale destacar a primeira classificação proposta por Nova, que é a diferenciação entre os *documentários* e os classificados como *não documentários*.

²³ Citado por Rosenstone, 2010, p. 35.

²⁴ Fernando Dacosta, *Os Retornados mudaram Portugal*, Lisboa, Ed. Parsifal, 2013, p 61.

²⁵ Cristiane Nova, O cinema e o conhecimento da história, *In: Revista Olho da História: revista de história contemporânea*, Salvador: UFBA, v. 2, n.3, 1996, pág. 218-233.

Os documentários são os filmes cujo enredo não se baseia numa trama representativa (com atores representando personagens históricos), mas no relato, na descrição ou na análise de um acontecimento histórico. Em geral, esses filmes são realizados através de montagens de imagens do passado, de documentos filmados e de cenas do presente, que possuem um texto de fundo narrado e são, muitas vezes, intercaladas por entrevistas realizadas contemporaneamente à produção do filme. Os não documentários correspondem a todos os filmes cujo enredo possui uma história, uma trama.²⁶

O uso das palavras misturadas às imagens funciona para explicar o evento ou a angústia que sentem pela falta de Angola. Assim, “palavras e imagens trabalham de maneiras diferentes para expressar e explicar o mundo”.²⁷ Mesmo que sejam diferentes no tocante às suas funções, a palavra possui a competência para informar, mesmo que em um pequeno espaço uma ideia geral de um fato.

O documentário, ao apresentar a questão do esvaziamento da identidade, acaba por resumir a questão de forma mais objetiva, generalizar e expressar com imagens através de condensação, síntese e simbolização. São momentos sonorizados que podem enfatizar, contestar ou criar estranhamento às imagens, inclusive, com informações textuais. A tela mostra uma cena e nela estão retratadas sensações, hesitações, medo, dúvidas que permitem ao espectador a interpretação, quase que orientada, daquilo a que se está assistindo.

Angola está sendo apresentada como a terra natal, a terra dos sonhos, um mundo encantado que, nos depoimentos, foi estancado. Não se discute o relacionamento com os nativos, chamados de indígenas, nem com aqueles que, aprendendo a sobreviver, foram assimilando os costumes trazidos da Europa. Angola, nos depoimentos, é a “Terra Prometida”, local de lembranças, sonhos, expectativas e anseio de identidade.

Recebido em 30/09/2015 - Aprovado em 20/10/2015

²⁶ Idem.

²⁷ Rosentstone, *A História nos filmes, os filmes na história*, p. 23.